



Relatório Semestral

Primeiro Semestre de 2010



ÍNDICE

1.	Introdução	2
2.	Dados sobre a actividade desenvolvida pela INTERBOLSA	3
2.1	Introdução	3
2.2	Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários	7
2.3	Sistemas de Liquidação	16
2.4	Agência Nacional de Codificação	21
3.	Preçário	22
4.	Sumário do Relatório Anual sobre Práticas de Governo da Sociedade e de Controlo Interno	24
5.	Informação Financeira	27
6.	Demonstrações Financeiras	33

1. INTRODUÇÃO

A INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. é uma sociedade anónima, cujo capital social é inteiramente detido pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. (de ora em diante, abreviadamente, Euronext Lisbon).

Enquanto Sociedade totalmente detida pela Euronext Lisbon, a INTERBOLSA integra, desde 4 de Abril de 2007, o Grupo NYSE Euronext.

A NYSE Euronext é a *holding*, criada pela combinação do NYSE Group, Inc. e da Euronext N.V., que opera o maior e mais líquido grupo de Bolsas no mundo, oferecendo um alargado leque de produtos e serviços financeiros.

A INTERBOLSA rege-se pelo disposto nos respectivos Estatutos, no Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro (Lei das Entidades Gestoras ou LEG), no Código dos Valores Mobiliários (CVM) e no Código das Sociedades Comerciais (CSC), bem como em outra legislação aplicável.

Esta sociedade anónima tem por objecto a gestão de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários.

A missão da INTERBOLSA consiste em:

- o fornecer aos intervenientes no mercado de capitais, instituições financeiras e entidades emitentes, sistemas de registo, depósito e guarda de valores mobiliários e sistemas de liquidação das transacções sobre esses mesmos valores;
- o contribuir para o desenvolvimento e eficiência do mercado de capitais, nomeadamente no que se refere às áreas de custódia e liquidação, através da disponibilização de serviços de qualidade superior e de infra-estruturas que respondam com segurança e fiabilidade às necessidades dos agentes de mercado, deste modo, criando condições competitivas, reduzindo riscos sistémicos e acautelando os direitos dos investidores.

Na realização da sua Missão, a INTERBOLSA prossegue um conjunto de actividades nas seguintes áreas de actuação:

- Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários (ou Central de Valores Mobiliários);
- Sistemas de Liquidação;
- Agência Nacional de Codificação.

2. DADOS SOBRE A ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELA INTERBOLSA

2.1. INTRODUÇÃO

i. CONTEXTO

Para análise da actividade desenvolvida pela INTERBOLSA durante o primeiro semestre de 2010, importa realçar os principais factores macroeconómicos que enformaram o período em análise.

A actividade económica nacional tem vindo a apresentar alguns sinais de possível recuperação, após a queda abrupta verificada durante a crise económico-financeira iniciada em finais de 2008.

O primeiro trimestre de 2010 apresenta valores do PIB nacional positivos (1,7 por cento face ao período homólogo), impulsionados tanto pela procura interna como pela procura externa, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística. (INE).

Os indicadores de actividade disponíveis dão nota de idêntica tendência no segundo trimestre do ano, apontando para uma eventual variação homóloga do PIB acima dos 2 por cento.

Não obstante, os indicadores de confiança encontram-se em fase de recuo, confirmando um maior pessimismo por parte das famílias, e os índices de desemprego continuam a reflectir uma realidade preocupante.

O primeiro semestre do ano fica ainda marcado pela crise da dívida soberana, que culminou no acordo entre os membros da União Europeia tendo em vista a adopção de um pacote de medidas, que incluiu a criação de um fundo de estabilização financeira, na adopção de medidas excepcionais de cedência de fundos por parte do Banco Central Europeu, e ainda no compromisso por parte dos Estados Membros de tomarem medidas que permitam acelerar o processo de consolidação das contas públicas.

No que concerne especificamente ao mercado financeiro, a baixa propensão ao risco condicionou a evolução dos mercados, penalizando os activos mais arriscados. Assim, em Junho, o mercado accionista apresenta uma contracção de valor embora a ritmos mais lentos se comparado com a evolução em meses anteriores. Esta evolução pode ser justificada, designadamente, pela publicação

dos resultados das empresas que incluem revisões com resultados superiores aos anteriormente anunciados.

Por sua vez, o mercado primário de Dívida apresenta uma actividade considerável, com destaque para a actividade do sector financeiro, responsável pela emissão de grande parte da Dívida em apreço.

Neste contexto, de alguma evolução positiva da actividade económica nacional, pese embora a *performance* do mercado bolsista, também a actividade da INTERBOLSA apresenta algum crescimento, designadamente no que toca ao volume de emissões e quantidade de valores mobiliários inscritos nos seus sistemas centralizados, assim como nos montantes de operações liquidados através dos seus sistemas de liquidação.

ii. DESENVOLVIMENTOS EFECTUADOS

Nas páginas seguintes do presente Relatório apresentam-se, de forma detalhada, os principais elementos quantitativos respeitantes à actividade desenvolvida pela INTERBOLSA ao longo do primeiro semestre de 2010.

Sem prejuízo, é oportuno recordar a implementação de um conjunto de desenvolvimentos operacionais realizados durante o primeiro semestre de 2010. Assim,

(a) Foram desenvolvidos procedimentos especiais relativos ao registo, movimentação e liquidação de unidades de participação, com fraccionamento até à quarta casa decimal, permitindo assim a integração das unidades de participação do fundo fechado do BPP-Banco Privado Português, S.A;

(b) Foi concluído o plano, iniciado em 2009, de renovação e consolidação dos servidores Intel com recurso à tecnologia de virtualização VMWare, solução que permite à INTERBOLSA aumentar a flexibilidade de gestão dos seus sistemas, reforçar o nível de disponibilidade e reduzir o respectivo consumo energético;

(c) Foram implementadas novas tecnologias de segurança a nível da rede local da INTERBOLSA (NAP), reforçando assim a componente de segurança inerente à sua actividade;

Ainda no contexto do constante empenho da INTERBOLSA na satisfação das recomendações e das boas práticas internacionais em matéria de mitigação dos riscos associados à sua actividade, e no

sentido de garantir a continuidade de negócio e o reforço da segurança e solidez das estruturas de mercado, beneficiando, em última instância, todo o sistema financeiro português, o Conselho de Administração decidiu, em 2009, reforçar a formalização da estrutura de gestão de risco da entidade gestora, bem como, da sistematização e idêntico reforço da formalização dos respectivos procedimentos.

Neste âmbito, realizou-se, com início no final do primeiro semestre de 2010, o processo de auditoria externa à segurança e adequação dos sistemas de informação da INTERBOLSA, de acordo com os objectivos de reforço e consolidação dos procedimentos nas vertentes de análise de risco e de mitigação de eventuais vulnerabilidades identificadas.

No que respeita ao segundo semestre do ano, a INTERBOLSA, no contexto da sua missão principal de satisfação das exigências do mercado de capitais, em geral, e dos seus clientes, em particular, prosseguirá a concretização dos objectivos, projectos e actividades, em devido tempo identificadas pela Administração como fulcrais, nos termos do respectivo plano estratégico e no permanente diálogo com os seus participantes que caracteriza a actuação desta entidade gestora.

Neste ponto, importa referir que a INTERBOLSA procederá, ainda durante o corrente ano, à implementação de um conjunto de desenvolvimentos operacionais, no contexto dos quais se destacam:

(a) substituição do processador central (mainframe) e do robot de arquivamento de dados em suportes magnético, em conformidade com o plano de renovações periódicas do parque informático da INTERBOLSA;

(b) Fundos de Investimento - encontram-se em curso os trabalhos de desenvolvimento das alterações aos Sistemas Centralizados e aos Sistemas de Liquidação geridos por esta entidade gestora, no sentido de permitir o registo e controlo, de forma automatizada, de unidades de participação de fundos de investimento abertos. Estas alterações consistem, principalmente, na criação de automatismos para os procedimentos de liquidação relativos a subscrições e resgates e na correspondente actualização da quantidade total emitida.

Estes desenvolvimentos pretendem responder às diferentes necessidades do mercado de fundos de investimento abertos, identificadas no decurso dos contactos mantidos com o mercado, criando condições de utilização das infra-estruturas e dos procedimentos existentes para a liquidação de operações de subscrição e resgate de unidades de participação. Os participantes nos sistemas geridos pela INTERBOLSA, mercê das novas funcionalidades a disponibilizar, poderão beneficiar de uma

solução centralizada, harmonizada e transparente, beneficiando de significativas vantagens ao nível dos próprios serviços por si prestados;

(c) a implementação da comunicação com mensagens ISO 15022 através da rede SWIFT, para consulta das posições de conta, no seguimento das actividades anteriormente desenvolvidas nesta vertente;

(d) o ajustamento automático de juros e amortizações no caso de atrasos de liquidação no sistema SLrt, de acordo com as boas práticas internacionais nesta matéria;

(e) a validação imediata do DPN (Desdobramento de Posições Nominativas) para permitir uma actuação atempada por parte dos Intermediários Financeiros em caso de erro.

Pela sua importância no desenho futuro da actividade de Liquidação a nível europeu, merece igualmente uma especial menção o projecto TARGET2-Securities (T2S), do Eurosistema.

A INTERBOLSA tem vindo a acompanhar a evolução do referido projecto, desde o seu anúncio original, em 2006, quer na sua qualidade de entidade gestora nacional de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários, quer enquanto membro da ECSDA - *European Central Securities Depositories Association*, participando activamente na respectiva discussão, designadamente, junto do Banco Central Europeu (BCE) e do Banco de Portugal (BdP), bem como, igualmente, junto dos seus Clientes e no âmbito do seu Comité Consultivo Geral.

Recorde-se que, em Julho de 2009, a INTERBOLSA procedeu à assinatura do Memorando de Entendimento, subscrito pelo conjunto dos Bancos Centrais e das entidades gestoras de sistemas de liquidação da zona euro, circunstância que lhe permite continuar a acompanhar de forma próxima o projecto T2S, na tentativa de assegurar da forma mais adequada a defesa dos interesses do mercado português, em particular, no que respeita aos principais temas em discussão durante o segundo semestre do ano (*e.g.*, governação, preçário e contratualização).

Uma outra matéria que, pelo seu carácter de permanência, merece destaque num Relatório intercalar é a que respeita ao Plano de Continuidade de Negócio da INTERBOLSA o qual envolve, numa situação de crise, a coordenação de um vasto conjunto de actividades de forma a garantir a disponibilidade de informações e dos serviços essenciais prestados pela entidade gestora no mais curto espaço de tempo possível.



Na verdade, pela própria natureza das actividades de Continuidade de Negócio, estas implicam a prossecução, de forma sistematizada e continuada, de um conjunto de iniciativas de actualização e adaptação bem como, de formação e testes.

Assim, tendo realizado o primeiro teste global de activação do Plano de Continuidade de Negócio em Novembro de 2008, a INTERBOLSA deverá prosseguir idêntica iniciativa, em termos e datas a definir, durante o segundo semestre de 2010.

2.2. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS SISTEMAS CENTRALIZADOS DE VALORES MOBILIÁRIOS

O Sistema Centralizado de Valores Mobiliários é formado por um conjunto interligado de contas através do qual se processa a constituição e a transferência dos valores mobiliários nele integrados e se assegura o controlo da quantidade dos valores mobiliários em circulação e dos direitos sobre eles constituídos.

Participam no Sistema Centralizado (ou Central de Valores Mobiliários) as Entidades Emitentes, os Intermediários Financeiros, a LCH.Clearnet, S.A. e o Banco de Portugal.

FILIADOS

No final do primeiro semestre de 2010, a INTERBOLSA conta com 33 filiados nos Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários e nos Sistemas de Liquidação por si geridos, sendo 32 instituições de crédito e uma sociedade corretora.

REGISTO DE EMISSÕES

Em 30 de Junho de 2010, encontravam-se integradas nos Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários (Central de Valores Mobiliários) 2.591 emissões de valores mobiliários, com um valor nominal de cerca de 250.826 milhões de euros, valor que representa um acréscimo de 24.085 milhões de euros quando comparado com igual período do ano anterior.

Reportando a análise ao quadro abaixo, no final do primeiro semestre de 2010 a Central de Valores Mobiliários registou no cômputo geral, um acréscimo homólogo de 17,6 por cento no número de emissões integradas nos seus Sistemas Centralizados.

Em termos absolutos, no final do primeiro semestre de 2010, a INTERBOLSA contabilizava mais 388 emissões de valores mobiliários do que as integradas em Junho de 2009, sendo de destacar mais 302 emissões de dívida privada e de 102 emissões de *Warrants*. Ainda, durante o período em análise, as emissões de dívida pública, de acções e de valores estruturados apresentaram decréscimos no número de emissões integradas, sendo de 1, 17 e 2 emissões, respectivamente.

No que concerne aos montantes integrados de acções e de dívida (tanto pública como privada), pese embora o decréscimo registado no número de emissões (acções e dívida pública), os montantes nominais apresentam acréscimos de 2,8 e 12,8 por cento, respectivamente.

Valores Mobiliários Integradas	30 de Junho de 2010			30 de Junho de 2009		
	Quantidade Valores Mobiliários	Montante Valor Nominal (10 ^{^3} €)	Nº Emissões	Quantidade Valores Mobiliários	Montante Valor Nominal (10 ^{^3} €)	Nº Emissões
Acções	233.604.044.263	50.117.421	496	232.882.558.375	48.775.358	513
Dívida	9.844.790.052.437	200.408.734	1.211	9.450.102.010.134	177.666.058	910
Dívida Pública	9.706.738.805.296	97.067.388	19	9.293.659.676.979	92.936.597	20
Obrigações do Tesouro e Outras	9.706.738.805.296	97.067.388	19	9.293.659.676.979	92.936.597	20
Dívida Privada	138.051.247.141	103.341.346	1.192	156.442.333.155	84.729.461	890
Obrigações (1)	125.265.008.395	96.366.690	1.144	145.726.158.659	81.057.305	875
Val Conv Ord Emit (2)	0	0	0	0	0	0
VMOC's (3)	70.000.000	70.000	1	0	0	0
Papel Comercial	2.000.625.550	6.797.500	43	561.300	3.565.000	11
Títulos de Participação	10.715.613.196	107.156	4	10.715.613.196	107.156	4
Outros	1.534.828.947	300.000	884	774.865.646	300.000	780
Unidades de Participação	628.481.747	0	15	74.481.446	0	12
Warrants	768.813.000	0	840	602.100.000	0	738
Certificados	136.531.200	0	27	94.781.200	0	26
Valores Estruturados	1.000.000	0	1	3.500.000	0	3
Outros Valores Destacados	3.000	300.000	1	3.000	300.000	1
Total Valores Integrados	10.079.928.925.647	250.826.155	2.591	9.683.759.434.155	226.741.416	2.203

(1) Inclui Obrigações Clássicas, Obrigações de Caixa, Obrigações Convertíveis, Obrigações c/ Direito de Subscrição, Obrigações Participantes, valores Estruturados e outros valores representativos de dívida.

(*) Os Outros Valores Destacados passaram a ser indicados nas estatísticas dos Relatórios e Contas a partir de 2010. Tal facto justifica as diferenças verificadas entre os valores ora apresentados e os valores divulgados no Relatório Semestral reportado a 2009.

Ainda com referência à dívida privada, as emissões de papel comercial, valor mobiliário que desde Dezembro de 2008 tem vindo a assumir um papel relevante na integração de valores em sistema

centralizado, apresentaram 102 novas emissões para integração na Central; contudo, atendendo ao carácter de curto prazo (inferior a 1 ano) deste tipo de valor mobiliário, em 30 de Junho de 2010, encontravam-se activas 43 emissões deste tipo de valor mobiliário (em Dezembro de 2009 encontravam-se inscritas 15 emissões).

EXERCÍCIO DE DIREITOS E OUTROS EVENTOS

O exercício de direitos de conteúdo patrimonial e outros eventos constitui uma das mais relevantes actividades da Central de Valores Mobiliários.

Durante o primeiro semestre de 2010, foram processadas, através dos Sistemas Centralizados geridos pela INTERBOLSA, 3.368 operações de exercício de direitos de conteúdo patrimonial e outros eventos, número que representa um acréscimo de 33,4 por cento (mais 843 operações) se comparado com igual período do ano anterior. Em termos de montante envolvido nestas operações, verificou-se um decréscimo homólogo de 13,5 por cento, ascendendo a 27.535 milhões de euros.

Analisa-se, de seguida, de forma detalhada, a actividade desenvolvida pelo Sistema Centralizado de Valores Mobiliários, nos itens relativos a exercício de direitos e outros eventos.

- **PAGAMENTO DE JUROS E OUTRAS REMUNERAÇÕES**

Durante o primeiro semestre do ano foram processadas 1.124 operações de pagamento de juros, sendo 17 relativas a emissões de dívida do Estado e 1.107 derivadas de emissões de dívida privada.

Assim, o número de operações cresceu 59,7%, tendo o montante de juro pago ascendido a 4.001 milhões de euros, representando uma variação homóloga de 16,8 por cento.

Juros	30-Junho-2010	30-Junho-2009	Var.(%)
Dívida Pública - Obrigações			
Nº Operações	17	16	6,3%
Quantidade Valores Mobiliários	6.139.816.736.055	5.268.345.136.804	16,5%
Montante (10 ³ Eur)	2.576.585	2.239.802	15,0%
Dívida Privada - Obrigações(*)			
Nº Operações	1.107	688	60,9%
Quantidade Valores Mobiliários	178.100.632.445	209.832.112.254	-15,1%
Montante (10 ³ Eur)	1.424.300	1.186.752	20,0%
Totais			
Nº Operações	1.124	704	59,7%
Quantidade Valores Mobiliários	6.317.917.368.500	5.478.177.249.058	15,3%
Montante (10 ³ Eur)	4.000.885	3.426.554	16,8%

(*) Inclui Títulos de Participação, Papel Comercial, Obrigações Clássicas, Obrigações de Caixa, Obrigações Convertíveis, Obrigações c/ Direito de Subscrição, Obrigações Participantes, Obrigações Hipotecárias, Obrigações Titularizadas, Valores Estruturados e Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (VMOC's)

• AMORTIZAÇÕES E LIQUIDAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

No que concerne ao processamento de amortizações de emissões de dívida, no primeiro semestre de 2010 foram registadas 193 operações relativas a empréstimos obrigacionistas e papel comercial, tendo ainda sido realizado o processamento de uma operação de amortização de uma emissão de dívida pública. Os montantes amortizados apresentam um acréscimo homólogo de 1,1 por cento, ascendendo a 19.566 milhões de euros.

Amortizações	30-Junho-2010	30-Junho-2009	Var.(%)
Dívida Pública - Obrigações			
Nº Operações	1	0	100,0%
Quantidade Valores Mobiliários	440.177.900.100	0	100,0%
Montante (10 ³ Eur)	4.401.779	0	100,0%
Dívida Privada - Obrigações(*)			
Nº Operações	193	184	4,9%
Quantidade Valores Mobiliários	5.234.965.107	1.297.447.341	303,5%
Montante (10 ³ Eur)	15.163.846	19.347.778	-21,6%
Totais			
Nº Operações	194	184	5,4%
Quantidade Valores Mobiliários	445.412.865.207	1.297.447.341	34229,9%
Montante (10 ³ Eur)	19.565.625	19.347.778	1,1%

(*) Inclui Títulos de Participação, Papel Comercial, Obrigações Clássicas, Obrigações de Caixa, Obrigações Convertíveis, Obrigações c/ Direito de Subscrição, Obrigações Participantes, Obrigações Hipotecárias, Obrigações Titularizadas, Valores Estruturados e Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (VMOC's)

- DIVIDENDOS E RENDIMENTOS DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO**

Os Sistemas Centralizados processaram 78 operações relativas ao pagamento de dividendos de acções e de rendimentos de unidades de participação, significando em termos absolutos e homólogos o processamento de mais 9 operações deste tipo.

Dividendos /Rendimentos UP's:		30-Junho-2010	30-Junho-2009	Var.(%)
Acções				
	Nº Operações	76	67	13,4%
	Quantidade Valores Mobiliários	417.877.089.739	414.741.293.277	0,8%
	Montante (10 ³ Eur)	3.341.961	3.108.943	7,5%
Unidades Participação				
	Nº Operações	2	2	0,0%
	Quantidade Valores Mobiliários	11.095.570	11.095.570	0,0%
	Montante (10 ³ Eur)	1.200	1.150	4,3%
Totais				
	Nº Operações	78	69	13,0%
	Quantidade Valores Mobiliários	417.888.185.309	414.752.388.847	0,8%
	Montante (10 ³ Eur)	3.343.161	3.110.093	7,5%

Por sua vez, o valor pago a título de rendimentos aos accionistas e aos subscritores de unidades de participação foi de cerca de 3.343 milhões de euros, valor que representa um decréscimo de 7,5 por cento, face ao primeiro semestre do ano anterior.

- ALTERAÇÕES SOCIETÁRIAS (AUMENTOS E REDUÇÕES DE CAPITAL, FUSÕES E CISÕES DE EMPRESAS)**

Em termos gerais, e no que concerne ao número de operações relativas a alterações societárias processadas pelos Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, foram efectuadas 6 operações deste tipo, representando metade das operações processadas no período homólogo.

Relativamente aos montantes processados, o quadro abaixo permite aferir que no semestre em análise foram processados 560 milhões de euros, montante que representa cerca de 10 por cento do montante processado no primeiro semestre de 2009.

Alterações Societárias	30-Junho-2010	30-Junho-2009	Var (%)
Subscrições			
Nº Operações	1	2	-50,0%
Quantidade Valores Mobiliários	4.658.000	726.666.666	-99,4%
Montante (10 ^{^3} Eur)	23.290	1.275.000	-98,2%
Incorporações:			
Nº Operações	1	2	-50,0%
Quantidade Valores Mobiliários	0	49.400	-100,0%
Montante (10 ^{^3} Eur)	721	2.333.580	-100,0%
Reduções de Capital:			
Nº Operações	4	4	0,0%
Quantidade Valores Mobiliários	0	885.798	-100,0%
Montante (10 ^{^3} Eur)	536.456	2.008.979	-73,3%
Fusões			
Nº Operações	0	4	-100,0%
Quantidade Valores Mobiliários	0	15.150.600	-100,0%
Montante (10 ^{^3} Eur)	0	75.753	-100,0%
Cisões			
Nº Operações	0	0	0,0%
Quantidade Valores Mobiliários	0	0	0,0%
Montante (10 ^{^3} Eur)	0	0	0,0%
Totais			
Nº Operações	6	12	-50,0%
Quantidade Valores Mobiliários	4.658.000	742.752.464	-99,4%
Montante (10 ^{^3} Eur)	560.467	5.693.312	-90,2%

- EXERCÍCIO DE WARRANTS E CERTIFICADOS**

Relativamente ao exercício de *warrants* e de certificados, durante o primeiro semestre de 2010, foram processadas 1.965 operações, o que, em termos homólogos, representa um acréscimo de 26,5 por cento.

Exercício de Warrants e Certificados	30-Junho-2010	30-Junho-2009	Var.(%)
Nº Operações	1.965	1.553	26,5%
Quantidade Valores Mobiliários	2.138.050.000	1.424.915.700	50,0%
Montante (10 ^{^3} Eur)	64.849	244.068	-73,4%



O montante envolvido no exercício deste tipo de instrumentos financeiros apresenta um decréscimo homólogo de 73,4 por cento, cifrando-se, em termos absolutos, o montante pago em cerca de 65 milhões de euros.

- **OUTROS EVENTOS PROCESSADOS PELA CENTRAL**

Durante o semestre em análise, foi processada através do Sistema Centralizado de Valores Mobiliários uma operação conducente à alteração da modalidade de representação dos valores mobiliários, não tendo sido registada qualquer operação de renominalização (*Stock Split*).

MOVIMENTAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ENTRE CONTAS

O Sistema Centralizado de Valores Mobiliários processa a movimentação física de valores mobiliários, dentro da mesma conta e entre contas do mesmo ou de diferentes Intermediários Financeiros, tanto para efeito de liquidação física de operações como para a mera transferência de valores.

Durante o primeiro semestre de 2010, foram realizados 164.166 movimentos de transferência de valores mobiliários, tendo a quantidade movimentada ascendido a 6.508.526 milhões de unidades de valor mobiliário.

Movimentos em Conta	30-Junho-2010		30-Junho-2009		Var.(%) Qt. Valores Mobiliários
	Nº Operações	Qt. Valores Mobiliários	Nº Operações	Qt. Valores Mobiliários	
Processamento Imediato	124.231	2.261.520.243.827	98.118	1.386.417.825.047	63,1%
Processamento Nocturno	38.377	59.584.344.783	36.934	30.665.142.142	94,3%
Intervenção do BdP	1.486	4.178.110.219.876	1.184	2.704.039.302.703	54,5%
Intervenção da LCH.Clearnet, S.A.	72	9.311.235.410	84	2.041.736.008	356,0%
Totais	164.166	6.508.526.043.896	136.320	4.123.164.005.900	57,9%

Em termos homólogos, o número global de movimentos realizados durante o semestre em análise representou um acréscimo de 20,4 por cento, explicado pela maior utilização, por parte dos intermediários financeiros, dos sistemas geridos pela INTERBOLSA.

A variação registada no número de movimentos de valores mobiliários foi acompanhada pelo aumento de 57,9 por cento na quantidade de valores objecto de transferência.

Cumprе ainda referir que durante o primeiro semestre de 2010, reportando a análise à informação do quadro *supra*, as transferências efectuadas com intervenção do Banco de Portugal (operações de colateralização e de cedência de fundos, mediante compra com acordo de revenda, normalmente incidindo sobre valores mobiliários representativos de dívida) representaram, em termos de quantidade, 64,2 por cento do total de valores objecto de transferências processadas pelos Sistemas Centralizados. No entanto, atendendo à especificidade das operações e ao facto de grande parte dos valores representativos da dívida ter valor nominal de um cêntimo, o número de operações realizadas com intervenção do Banco de Portugal representa apenas, em termos de peso, 0,9 por cento do total dos movimentos efectuados durante o período em análise.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

A INTERBOLSA prosseguiu a sua actividade de prestação regular de informação estatística e de natureza financeira aos Intermediários Financeiros, às Entidades Emitentes, à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao Banco de Portugal, aos auditores e a outros participantes no mercado.

Uma das mais relevantes actividades da área de Serviços de Informação da INTERBOLSA é a disponibilização de um serviço que permite às Entidades Emitentes de valores mobiliários nominativos, emitidos sob a forma escritural ou titulada e inscritos na Central de Valores Mobiliários, o acesso a informação sobre a identificação dos titulares dos valores mobiliários por si emitidos, bem como, sobre a quantidade de valores por cada um detida.

No entanto, cumpre referir que o Sistema Centralizado gerido pela INTERBOLSA é formado por contas globais, abertas no sistema pelos Intermediários Financeiros filiados, que contêm, em cada momento, o somatório das contas de registo individualizado abertas pelos investidores, junto do Intermediário Financeiro (depositário/registador) por si escolhido. Assim, e de forma a dar cumprimento às solicitações de informação que lhe são dirigidas pelos emitentes, a INTERBOLSA solicita aos intermediários financeiros, participantes nos Sistemas por si geridos, informação sobre a identificação dos detentores dos valores mobiliários objecto do pedido e, após consolidação da informação recebida, remete-a à entidade requerente.

Durante o primeiro semestre de 2010, a INTERBOLSA registou 120 pedidos de identificação de titulares, tendo, no período homólogo, registado mais quatro pedidos da mesma natureza.

Pedidos de Identificação de Titulares	30-Junho-2010	30-Junho-2009	Var.(%)
Nº de pedidos por emitente	104	104	0,0%
Nº de pedidos por código CVM	120	124	-3,2%

Os pedidos de identificação de titulares efectuados durante o semestre em análise, tiveram como objecto emissões de 104 entidades emitentes com valores registados junto da Central de Valores Mobiliários, o mesmo número que em igual período do ano anterior.

O Portal da INTERBOLSA, na sua área reservada a Clientes, possibilita às Entidades Emitentes solicitarem informação sobre a identificação dos titulares dos valores nominativos por si emitidos e que se encontrem inscritos junto desta entidade gestora.



2.3. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS SISTEMAS DE LIQUIDAÇÃO

A INTERBOLSA, a par com a gestão de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, está incumbida da organização e gestão de Sistemas de Liquidação, tendo em vista assegurar a realização de transferências de dinheiro associadas às transferências de valores mobiliários ou a direitos inerentes e a garantias relativas a operações sobre valores mobiliários.

Os intermediários financeiros filiados na INTERBOLSA são participantes nos Sistemas de Liquidação, geridos por esta entidade gestora, os quais asseguram a liquidação física e financeira das operações realizadas em mercado, regulamentado e não regulamentado, bem como as operações realizadas fora de mercado e as demais movimentações de valores mobiliários presentes a estes Sistemas.

A INTERBOLSA gere os seguintes sistemas de liquidação:

- Sistema de Liquidação Geral;
- SLrt – Sistema de Liquidação *Real Time*
- SLME – Sistema de Liquidação em Moeda Estrangeira

Os Sistemas de Liquidação geridos pela INTERBOLSA registaram de uma forma geral, durante o primeiro semestre de 2010, um acréscimo na sua actividade explicado principalmente pelo aumento do número de operações realizadas através do SLrt – Sistema de Liquidação *Real Time*.

SISTEMA DE LIQUIDAÇÃO GERAL

O quadro abaixo reflecte a actividade desenvolvida pelo ciclo diurno do Sistema de Liquidação Geral, relativa à liquidação de operações provenientes dos mercados geridos pela Euronext Lisbon.

Instruções de Liquidação	30-Junho-2010	30-Junho-2009	Var.(%)
. Operações Garantidas			
Nº Instrukções	119.100	123.849	-3,8%
Quantidade Valores Mobiliários	7.868.445.344	6.244.340.230	26,0%
Montante (10 ³ Eur)	15.379.594	12.208.201	26,0%
. Operações Não Garantidas			
Nº Instrukções	1.734	2.827	-38,7%
Quantidade Valores Mobiliários	646.789	759.131	-14,8%
Montante (10 ³ Eur)	36.951	35.941	2,8%
Totais			
Nº Instrukções	120.834	126.676	-4,6%
Quantidade Valores Mobiliários	7.869.092.133	6.245.099.361	26,0%
Montante (10 ³ Eur)	15.416.545	12.244.142	25,9%

- OPERAÇÕES GARANTIDAS**

O Sistema de Liquidação Geral liquidou, no seu ciclo diurno, 119.100 instruções decorrentes de operações realizadas nos mercados geridos pela Euronext Lisbon e garantidas pela LCH.Clearnet, S.A., que ascenderam a um montante global de cerca de 15.380 milhões de euros.

Em termos comparativos, face ao período homólogo e tendo ainda em conta as condições do mercado de capitais no período em análise, foi registado um decréscimo de 3,8 por cento no número de instruções liquidadas, que no entanto não foi acompanhado pelo montante liquidado, que registou um aumento de 26 por cento face a igual período do ano anterior.

- OPERAÇÕES NÃO GARANTIDAS**

O número de instruções liquidadas decorrentes de operações realizadas em mercados geridos pela Euronext Lisbon e não garantidas pela LCH.Clearnet, S.A. ascendeu a 1.734 instruções, correspondendo a um decréscimo de 38,7 por cento, face ao período homólogo.

Por sua vez, o montante envolvido na liquidação de operações não garantidas, liquidadas através do Sistema de Liquidação Geral, cifrou-se nos 37 milhões de euros, valor 2,8 por cento superior ao realizado em igual semestre de 2009.

- **RESUBMISSÕES DE OPERAÇÕES GARANTIDAS**

Apesar do decréscimo no número de instruções de liquidação relativas a operações garantidas (-3,8 por cento) liquidadas no ciclo diurno do Sistema de Liquidação Geral, durante o primeiro semestre de 2010, verificou-se um aumento do número de operações resubmetidas a nova tentativa de liquidação por falha de liquidação, que em termos homólogos foi 27,7 por cento superior às registadas no primeiro semestre de 2009.

Assim, foram apresentadas, para nova tentativa de liquidação no Sistema de Liquidação SLrt, e liquidadas, 17.240 instruções relativas a operações garantidas que não tinham sido liquidadas no Sistema de Liquidação Geral, isto é, em termos absolutos mais 3.735 instruções do que no semestre homólogo.

Operações Garantidas liquidadas no SLrt	30-Junho-2010	30-Junho-2009	Var.(%)
Nº Instruções	17.240	13.505	27,7%
Quantidade Valores Mobiliários	785.569.162	674.997.256	16,4%
Montante (10 ³ Eur)	2.079.027	1.532.619	35,7%

Relativamente aos montantes envolvidos nestas operações, no semestre em análise, foram movimentados cerca de 2.079 milhões de euros, o que representa um acréscimo homólogo de 35,7 por cento.

SLrt - SISTEMA DE LIQUIDAÇÃO *REAL TIME*

O Sistema de Liquidação *real time* (SLrt) permite a liquidação de instruções DVP (*Delivery Versus Payment*) e FOP (*Free Of Payment*) num ambiente totalmente automatizado.

SLrt	30-Junho-2010	30-Junho-2009	Var.(%)
. Instruções DVP			
Nº Instruções	226.068	183.624	23,1%
Quantidade Valores Mobiliários	1.907.156.863.371	865.099.480.675	120,5%
Montante (10 ³ Eur)	72.308.013	52.662.193	37,3%
. Instruções FOP			
Nº Instruções	36.315	33.611	8,0%
Quantidade Valores Mobiliários	9.791.658.388.395	9.580.669.810.701	2,2%
Montante (10 ³ Eur)	0	0	
Totais			
Nº Instruções	262.383	217.235	20,8%
Quantidade Valores Mobiliários	11.698.815.251.766	10.445.769.291.376	12,0%
Montante (10 ³ Eur)	72.308.013	52.662.193	37,3%

Na sequência de uma maior utilização, por parte dos Intermediários Financeiros, dos sistemas geridos pela INTERBOLSA, as instruções de liquidação introduzidas no Sistema de Liquidação *real time* registaram no primeiro semestre de 2010 um acréscimo de 20,8 por cento, quando comparadas com o número de operações concretizadas no mesmo período de 2009. Este movimento ascendente foi igualmente registado na quantidade de valores mobiliários envolvida nestas operações que, em termos homólogos, apresenta um acréscimo de cerca de 12 por cento.

Por sua vez, o montante liquidado cifrou-se em 72.308 milhões de euros, mais 37,3 por cento do que no período homólogo em que ascendera a 52.662 milhões de euros.

No que concerne às instruções DVP, as 226.068 instruções liquidadas durante o primeiro semestre de 2010 representam um acréscimo homólogo de 23,1 por cento, envolvendo mais do dobro da quantidade de valores mobiliários.

Durante o período em análise, as operações FOP liquidadas através do SLrt apresentam um acréscimo de 8 por cento no número de instruções, tendo a quantidade liquidada aumentado, em termos homólogos, 2,2 por cento.



SLME - SISTEMA DE LIQUIDAÇÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA

A INTERBOLSA tem em funcionamento, desde Março de 2008, o Sistema de Liquidação em Moeda Estrangeira (SLME), o qual veio complementar os serviços prestados por esta entidade gestora no âmbito da liquidação de operações sobre valores mobiliários.

Este Sistema recorre, para efeitos de liquidação financeira, a um sistema de pagamentos em moeda estrangeira, do tipo "*Commercial Bank Money*" operado pela Caixa Geral de Depósitos S.A., que permite a realização de pagamentos em moeda diferente de euro, nomeadamente o pagamento de juros e de amortizações, bem como a liquidação de operações de mercado (não garantidas) realizadas na Euronext Lisbon, em moeda estrangeira.

O SLME encontra-se, *ab initio*, preparado para aceitar a liquidação financeira de operações em dólares americanos, libras esterlinas, ienes japoneses e francos suíços, tendo ficado em aberto a possibilidade de, no futuro, ser efectuada a sua extensão a outras moedas convertíveis.

Desde Abril de 2010, o SLME passou igualmente a permitir a liquidação financeira de operações em dólares canadianos (CAD).

Em termos de actividade, no primeiro semestre de 2010 foram submetidas ao SLME, para liquidação financeira, 9 operações relativas a pagamentos de juros de empréstimos obrigacionistas, sendo 4 em ienes japoneses e 5 em dólares americanos.

Durante o período em análise foram ainda liquidadas, através deste Sistema, 4 operações de amortização de empréstimos obrigacionistas em dólares americanos.



2.4. AGÊNCIA NACIONAL DE CODIFICAÇÃO

A INTERBOLSA está incumbida da gestão e funcionamento da Agência Nacional de Codificação e, por essa razão, é membro da ANNA – *Association of National Numbering Agencies, S.C.R.L.*.

Esta actividade, desenvolvida pela INTERBOLSA desde 1993, consiste na atribuição de códigos ISIN - *International Securities Identification Number* e, CFI - *Classification of Financial Instruments* a todos os valores mobiliários emitidos em Portugal, bem como, a outros instrumentos financeiros em conformidade com as normas ISO 6166 e ISO 10962 e as directrizes da ANNA.

Cumprindo o objectivo de divulgar, a nível internacional, os códigos ISIN e CFI atribuídos pela Agência Nacional de Codificação, a INTERBOLSA fornece, diariamente, informação para a base de dados central, operada pela ASB – *ANNA Service Bureau*. Desta forma, toda a informação ISIN pode ser acedida pelas agências de codificação membros da ANNA – *Association of National Numbering Agencies*.

Por outro lado, a INTERBOLSA, tendo como objectivo fomentar a divulgação dos códigos atribuídos pela Agência Nacional de Codificação, mantém em funcionamento um serviço de divulgação de dados ISIN assente na subscrição de um ficheiro contendo informação ISIN e respectivas actualizações diárias ou semanais.

O Portal da INTERBOLSA, na sua área reservada a Clientes, possibilita o acesso à informação sobre os códigos ISIN atribuídos.

3. PREÇÁRIO

O actual modelo de Preçário da INTERBOLSA, em vigor desde 1 de Janeiro de 2006 e concretizado no Regulamento da Interbolsa n.º 6/2005, introduziu uma modificação profunda na anterior estrutura de comissões abrangendo todos os serviços prestados por esta entidade gestora aos participantes nos sistemas por si geridos.

Este Preçário foi adoptado após a realização, de acordo com as melhores práticas na matéria, de um extenso processo de consulta junto dos seus clientes (intermediários financeiros filiados e entidades emitentes com valores registados).

A alteração concretizada teve subjacente objectivos de eficiência e equidade, bem como de clareza e comparabilidade internacional do Preçário a adoptar pela INTERBOLSA, em linha com os objectivos de transparência e comparabilidade de preçários, mais tarde, adoptados pelo Código de Conduta Europeu sobre Compensação e Liquidação.

MONITORIZAÇÃO DO IMPACTO FINANCEIRO DO PREÇÁRIO

Em 2010, a INTERBOLSA mantém activos os vários procedimentos de monitorização do impacto do seu Preçário, nos mesmos moldes efectuados desde 2006 e transmitidos, *ab initio*, ao mercado e à Autoridade de Supervisão.

De facto, ao longo dos últimos quatro anos, a INTERBOLSA tem procedido à monitorização, global e individualizada, do impacto do preçário relativamente a cada participante nos sistemas por si geridos, sendo a respectiva informação divulgada ao Comité Consultivo Geral (CCG) da INTERBOLSA, bem como à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, para acompanhamento de todo o processo de monitorização.

Face ao exposto, a INTERBOLSA continua a prosseguir as melhores práticas em matéria de monitorização, disponibilização de informação e consulta ao mercado no que respeita ao seu preçário, em linha com as obrigações resultantes do Código de Conduta Europeu para Compensação e Liquidação em matéria de transparência e comparabilidade dos preçários.



No que respeita aos resultados da análise efectuada, esta demonstrava, no final do ano de 2009, que foram totalmente cumpridos, e amplamente ultrapassados, os objectivos de desconto que foram apresentados ao mercado em relação a 2006, 2007 e 2008 e 2009.

Não obstante, pese embora as condições de evolução do mercado prevista para 2010, e de forma a incentivar, de modo continuamente positivo, a integração directa de valores mobiliários no sistema centralizado por si gerido, a INTERBOLSA entendeu dever proceder a uma nova diminuição das comissões de manutenção, com efeitos desde 1 de Janeiro de 2010.

Face a esta nova redução das comissões de manutenção estima-se que, no final de 2010, assumindo-se como pressuposto a mesma actividade realizada em 2009, os custos imputados à manutenção de posições em conta e de emissões apresentem um decréscimo total de cerca de € 500.000, sendo:

- Intermediários Financeiros: cerca de € 130.000 (redução de 1,2% na rubrica Manutenção), e
- Entidades Emitentes: cerca de € 370.000 (redução de 6,0% na rubrica Manutenção).

Desta forma, a INTERBOLSA volta a contribuir, de modo efectivo e num momento de situação económica especialmente difícil, para a integração directa de valores mobiliários no sistema centralizado por si gerido e, assim, para o contínuo desenvolvimento e dinamização do mercado português.

4. SUMÁRIO DO RELATÓRIO ANUAL SOBRE PRÁTICAS DE GOVERNO DA SOCIEDADE E DE CONTROLO INTERNO

A INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro, (abreviadamente designado por LEG ou “Lei das Entidades Gestoras”), pelo Código dos Valores Mobiliários (de ora em diante, CVM), pelo Código das Sociedades Comerciais (abreviadamente, CSC) e pelos respectivos Estatutos.

A INTERBOLSA, enquanto entidade gestora de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários, está sujeita à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

De acordo com o Regulamento da CMVM n.º 4/2007, relativo às “Entidades Gestoras de Mercados, Sistemas e Serviços”, a INTERBOLSA, enquanto entidade gestora de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários, elabora anualmente um relatório sobre práticas de governo da sociedade e de controlo interno, o qual é objecto de parecer emitido pelo seu órgão de fiscalização.

Deste modo, a INTERBOLSA elaborou um Relatório reunindo num único documento a informação relevante sobre o Sistema de Controlo Interno que tem implementado e que tem vindo, anualmente, a divulgar à CMVM, aditando-lhe, informação sobre as boas práticas de governo das sociedades adoptadas por esta entidade gestora ⁽¹⁾.

De acordo com o disposto nos artigos 7.º e 8.º do Regulamento de CMVM n.º 4/2007, no referido relatório foram exaustivamente evidenciados:

- (i) Os princípios orientadores da política de governo da sociedade;
- (ii) A descrição da estrutura organizativa e dos recursos humanos da entidade gestora;
- (iii) O exercício de direitos de voto e de representação dos accionistas;
- (iv) O controlo accionista e a transmissão de acções da sociedade;
- (v) Os planos de incentivos existentes para colaboradores e membros dos órgãos sociais;
- (vi) Os negócios e operações realizadas com membros dos órgãos sociais;
- (vii) A política de remuneração dos órgãos sociais;

⁽¹⁾ Nos termos do Regulamento da CMVM n.º 4/2007, o relatório sobre práticas de governo da sociedade e de controlo interno, e o parecer emitido pelo órgão de fiscalização da INTERBOLSA, foram remetidos à CMVM em Junho de 2008

- (viii) As regras societárias internas;
- (ix) A política de distribuição de dividendos adoptada;
- (x) O sistema de controlo de riscos e procedimentos de controlo interno aplicados, e
- (xi) As situações susceptíveis de melhoramento ou correcção, bem como, as medidas adoptadas para o efeito.

Assim, no que se refere ao sistema de controlo interno, cumpre apenas referir que a INTERBOLSA dispõe de mecanismos que permitem a vigilância dos riscos inerentes à sua actividade, a minimização do impacto de eventos imprevistos, bem como a adaptação às mudanças no ambiente económico e competitivo e às mudanças no mercado no qual a INTERBOLSA se encontra inserida, potenciando desta forma um eficaz desenvolvimento e crescimento da empresa, bem patente nos resultados da entidade gestora e na apreciação feita pelos seus clientes nos anos mais recentes.

O controlo interno da INTERBOLSA assenta num conjunto de regras, procedimentos e práticas, a par da estrutura organizativa, desenhadas para proporcionarem a garantia de que os objectivos da empresa são atingidos e que quaisquer factos indesejáveis serão atempadamente detectados e evitados, ou controladas e minimizadas as suas consequências.

Simultaneamente, a entidade gestora procedeu, também, no âmbito do referido relatório, à apresentação e sistematização dos princípios e práticas de governo adoptados pela INTERBOLSA.

Conforme é conhecido, o governo das sociedades é um sistema de administração e controlo da sociedade, que se destina a regular as relações entre os diversos *stakeholders* da empresa e cuja incidência se direcciona, primordialmente, ao modo de funcionamento interno da sociedade e às relações externas adoptadas.

É entendimento desta entidade gestora que as boas práticas de governação devem ser encaradas e adoptadas como peça fundamental da vida societária, uma vez que focam matérias relevantes relacionadas, designadamente, com:

- a) A responsabilização da Administração no exercício da direcção e controlo da sociedade;
- b) A relevância dos direitos das pessoas cujos interesses estão ligados à actividade da sociedade (os também designados *stakeholders* da empresa);
- c) O exercício do direito de voto, pelos accionistas, e a sua participação activa nas assembleias gerais.

De modo genérico e sumário, a política de governo das sociedades implementada na INTERBOLSA visa assegurar uma gestão competente, eficiente e transparente, cujos princípios orientadores são os que, de modo sintético, se identificam:

- a) Profissionalismo e competência, tanto da Administração como dos Trabalhadores;
- b) Transparência, tanto da organização, como do seu processo decisório;
- c) Responsabilização, tanto da Administração como dos Trabalhadores;
- d) Criação de valor, como primeiro objectivo da Administração e dos Trabalhadores;
- e) Rigor, na gestão dos diversos riscos subjacentes à actividade prosseguida;
- f) Qualidade, na prossecução da actividade que se encontra cometida à sociedade;
- g) Desempenho e mérito, como critérios fundamentais da política de avaliação e da política de remuneração dos Trabalhadores e da Administração;
- i) Informação rigorosa e atempada, disponível tanto ao(s) accionista(s) como às demais pessoas com interesse relevante na sociedade.

Em conclusão, a INTERBOLSA entende que possui uma Política de Governo das Sociedades e um Sistema de Controlo Interno que, tendo por objectivo a adopção de boas práticas tanto no que se refere às relações societárias estabelecidas como à vigilância dos riscos inerentes à sua actividade, contribuem para a adaptação da sociedade às mudanças no ambiente económico e competitivo e às mudanças no mercado, bem como para um mais eficaz desenvolvimento e crescimento da empresa, garantindo, deste modo, a segurança na prossecução de objectivos, a eficiência e eficácia de operações, a confiança dos dados financeiros e o respeito pelas leis e regulamentos aplicáveis, proporcionando a garantia de que os objectivos da empresa são atingidos e que eventos indesejáveis são detectados e impedidos.

Assim, é convicção da INTERBOLSA que o sistema de governo da sociedade e de controlo interno que tem definido contribuem de forma decisiva para evitar a prática de actos susceptíveis de pôr em risco a regularidade de funcionamento, a transparência e a credibilidade dos sistemas por si geridos, proporcionando ao mercado um extenso conjunto de garantias, necessárias e indispensáveis, relativamente ao bom funcionamento dos mesmos.

5. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

5.1 INTRODUÇÃO

A INTERBOLSA adota as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) na elaboração das suas demonstrações financeiras, permitindo, assim, a toda a comunidade financeira proceder a uma análise das demonstrações financeiras desta entidade gestora numa base internacionalmente reconhecida e adoptada pela generalidade das empresas europeias, desta forma facilitando a respectiva interpretação e, ainda, a comparabilidade com empresas congéneres.

O presente relatório semestral espelha, exclusivamente, a análise económica e financeira das contas individuais da INTERBOLSA.

5.2 RESULTADOS

A INTERBOLSA realizou no final do primeiro semestre de 2010 um Resultado Líquido que ascendeu a cinco milhões duzentos e cinquenta mil euros valor o qual corresponde a um aumento homólogo de resultado de 17 por cento.

Em termos absolutos, o resultado da INTERBOLSA cresceu 764 mil euros.

Em Euros				
Resultados	1º Semestre 2010	1º Semestre 2009	Dif. 2010/2009	Var. %
Proveitos Operacionais	9.993.771	8.529.517	1.464.254	17,2%
Custos de exploração	2.679.264	2.653.600	25.664	1,0%
Resultado de Exploração (EBITDA)	7.314.507	5.875.917	1.438.590	24,5%
Amortizações/ Provisões	50.268	54.546	-4.278	-7,8%
Resultados Operacionais (EBIT)	7.264.239	5.821.371	1.442.868	24,8%
Resultados Financeiros	73.885	289.294	-215.409	-74,5%
Resultados antes de Imposto	7.338.124	6.110.665	1.227.459	20,1%
Resultado Líquido	5.249.931	4.485.531	764.400	17,0%

No que concerne aos Resultados Operacionais alcançado no semestre verificou-se um acréscimo homólogo de 24,5 por cento, pese embora o aumento (+1%) verificado nos Custos Operacionais durante o período em análise.

Assim, a evolução positiva do EBIT encontra explicação no acréscimo verificado nos proveitos operacionais a par com a redução homóloga das Amortizações por efeito do decurso dos períodos de amortização de investimentos anteriores a 2009.

Os Resultados Financeiros, por sua vez, apresentam uma variação absoluta negativa de 215 mil euros, fruto das condições do mercado monetário que apresentaram uma contracção das taxas de juro oferecidas às aplicações financeiras constituídas no período em análise, face às taxas auferidas no semestre homólogo.

5.3 PROVEITOS OPERACIONAIS

Os Proveitos Operacionais da INTERBOLSA apresentam no final do primeiro semestre de 2010 uma variação positiva de 17 por cento, face ao semestre homólogo, ascendendo a nove milhões novecentos e noventa e quatro mil euros.

Em termos absolutos o total de proveitos apresenta um aumento de um milhão quatrocentos e sessenta e quatro mil euros face aos valores realizados no primeiro semestre do ano transacto.

No quadro abaixo encontra-se a distribuição dos proveitos operacionais da INTERBOLSA, segmentados pelas diferentes rubricas do preçário:

	<i>Em Euros</i>		
	1º Semestre 2010	1º Semestre 2009	Var. %
Utilização Sistema	228.025	216.400	5,4%
Movimentação de Valores em conta	164.815	138.841	18,7%
Sistemas de Liquidação	694.924	516.149	34,6%
Exercício de Direitos/Pagamento de Rendimentos	630.600	436.850	44,4%
Manutenção de Emissões / Valores em conta	7.846.190	6.856.940	14,4%
Registo de Emissões	144.500	132.700	8,9%
Cancelamento de Emissões	26.850	11.150	140,8%
Outros Receitas Prestação Serviços	158.710	125.193	26,8%
Total Prestação de Serviços	9.894.614	8.434.223	17,3%
Ajustamentos	-749	-1.064	-29,6%
Outros Proveitos	99.906	96.359	3,7%
Total de Proveitos	9.993.771	8.529.518	17,2%

Tendo em vista a apropriada contextualização dos dados referentes ao primeiro semestre de 2010, cumpre enfatizar a evolução de alguns dos factores exógenos decorrentes da normal evolução e dinâmica do mercado, num período marcado pela recuperação lenta e irregular de uma grave crise económico-financeira, bem como da própria actividade da INTERBOLSA e que devem ser tidos em conta na leitura dos dados referentes ao período de referência deste Relatório.

Como em ponto próprio foi referido, em 1 de Janeiro de 2010 entraram em vigor as novas tabelas de comissões de manutenção de emissões e de posições em conta, abrangendo tanto intermediários financeiros como entidades emitentes, bem como todos os valores mobiliários integrados nos sistemas centralizados geridos por esta entidade gestora.

Assim, em termos de actividade que directamente influencia as receitas provenientes da manutenção de emissões e de valores em conta, o semestre em análise apresenta as seguintes variações homólogas:

- um aumento de 3,8 por cento, no valor médio de Dívida Pública registado nos Sistemas Centralizados;
- um aumento de 20,0 por cento, no valor médio da Dívida Privada registado nos Sistemas Centralizados;
- um aumento de 1,4 por cento no valor médio de outros valores mobiliários não representativos de Dívida (Acções e Unidades de Participação) registado nos Sistemas Centralizados.

O aumento do valor médio dos valores mobiliários não representativos de Dívida (*e.g.* Acções e Unidades de Participação) registado nos Sistemas Centralizados, é explicado pelo aumento da quantidade de acções inscritas nos Sistemas Centralizados (mais 0,6 por cento face ao período homólogo).

A Dívida Privada continua a apresentar um crescimento dos valores médios integrados nos Sistemas Centralizados, face à verificada no semestre homólogo, mercê do aumento de novas emissões registadas no período em análise (mais 408 emissões, sendo 302 emissões de dívida corporativa e 106 de outra dívida) e do respectivo montante de valor nominal, pese embora a diminuição na quantidade de valores mobiliários integrados.

Face ao exposto, e pela conjugação de todos os factores acima identificados, a rubrica de manutenção de emissões/valores apresenta, no final do primeiro semestre de 2010, um crescimento homólogo de 14,4 por cento.

No que concerne às receitas provenientes do exercício de direitos de conteúdo patrimonial e outros eventos, verificou-se um acréscimo de 44,4 por cento, se comparado com o mesmo semestre do ano precedente, tendo a receita ascendido a 631 mil euros. Esta variação é originada pelo aumento 33,4 por cento no número de operações de exercício de direitos patrimoniais e outros eventos.

O aumento do número de emissões registadas nos Sistemas Centralizados face ao período homólogo explica o crescimento de 9 por cento nas receitas provenientes das comissões de “Registo de Emissões”.

Por sua vez, as receitas geradas pelo cancelamento de emissões apresentam um acréscimo de 140,8 por cento, comparativamente a igual período do ano anterior, explicado por um lado pelo aumento (+26,5%) no número de exercício de *warrants* ocorrido durante o semestre em análise, e, por outro lado, pelo aumento no número de operações de amortização de emissões, particularmente, de dívida privada.

Em resultado da *performance* do mercado de capitais, durante o primeiro semestre de 2010, as receitas provenientes da Movimentação de contas apresentam um acréscimo de 18,7 por cento, fruto de uma maior utilização dos sistemas geridos pela INTERBOLSA para realização de transferências entre contas e para liquidação física de operações (+ 20,4 por cento).

No que concerne às receitas geradas pelos Sistemas de Liquidação geridos pela INTERBOLSA, a análise do quadro da página 29 permite aferir que, no primeiro semestre de 2010, as receitas geradas pela liquidação de operações ascenderam a 695 mil euros (contra 516 mil euros registados em igual período do ano transacto), representando uma variação homóloga de cerca de 35 por cento.

Ainda a este propósito, cumpre referir que, desde 2 de Março de 2009, as receitas dos Sistemas de Liquidação incluem, igualmente, as relacionadas com a liquidação financeira de operações realizadas através da plataforma TARGET2, de acordo com os custos a esse propósito assumidos por esta entidade gestora.

5.4 CUSTOS OPERACIONAIS

Em termos globais, os Custos Operacionais da INTERBOLSA apresentam, no final do primeiro semestre de 2010, um acréscimo de 0,8 por cento face aos custos da mesma natureza registados no período homólogo.

<i>Em Euros</i>			
	1º Semestre 2010	1º Semestre 2009	Var. %
Gastos com o pessoal	1.413.497	1.373.572	2,9%
Gastos com tecnologias de informação	406.189	377.360	7,6%
Comunicações, consultoria e outros	364.085	389.270	-6,5%
Equipamentos e instalações	177.424	167.291	6,1%
Marketing	81	18.103	-99,6%
Outros gastos	317.988	328.005	-3,1%
Custos de Exploração	2.679.264	2.653.601	1,0%
Amortizações	50.268	54.546	-7,8%
Custos Operacionais	2.729.532	2.708.147	0,8%

Reportando a análise à informação veiculada no quadro acima, a rubrica de Marketing apresenta um decréscimo de 99,6 por cento face ao período homólogo na sequência da decisão de utilização de canais próprios (Portal da Interbolsa) para publicitação e publicação de informações sobre a actividade desenvolvida pela INTERBOLSA.

Os Gastos com Comunicações, consultoria e outros apresentam um decréscimo de 6,5% mercê, designadamente, da renegociação de contratos de seguro, e pese embora o aumento verificado nos custos de comunicações SWIFT motivado pelo aumento do tráfego de comunicações naquela rede, para liquidação financeira das operações através do TARGET2.

No que concerne à rubrica de Amortizações, a análise do quadro acima permite aferir uma redução homóloga de 7,8 por cento explicada pelo efeito da passagem do tempo de investimentos anteriores, sendo, no entanto, de realçar que, durante o ano de 2008, a INTERBOLSA criou as necessárias infra-estruturas que permitiram a esta entidade gestora assegurar a todos os participantes nos seus Sistemas, a partir de Março de 2009, a ligação, para efeitos de liquidação financeira de operações, à plataforma única de liquidação desenvolvida pelo Banco Central Europeu - o TARGET2.

Relativamente aos gastos com Equipamentos e Instalações, o primeiro semestre do ano apresenta um acréscimo de 6,1 por cento, face ao período homólogo, mercê do aumento dos custos de manutenção de equipamentos.

Os Custos com Pessoal apresentam um aumento homólogo de 2,9 por cento, face ao primeiro semestre de 2009, justificado pela actualização salarial efectuada no início do presente semestre.

5.5 ESTRUTURA PATRIMONIAL

Com reporte a 31 de Dezembro de 2009, o Activo Líquido e os Capitais Próprios da empresa apresentam um decréscimo de valor, se comparados com os valores registados em Junho de 2009, essencialmente explicado pelo pagamento de dividendos ao accionista único, Euronext Lisbon.

Em Euros

	Jun-10	Jun-09	Dez-09
Activo Líquido	19.735.939	18.597.457	23.015.982
Passivo Líquido	3.486.008	3.111.926	2.381.572
Capital Próprio	16.249.931	15.485.531	20.634.410

O Passivo da INTERBOLSA apresenta um acréscimo de 46,4 por cento, face ao valor apresentado em Dezembro de 2009, fruto por um lado do aumento do valor do IRC a liquidar na sequência da aplicação da Derrama Estadual, correspondente a 2,5% do lucro tributável apurado acima de 2.000.000 euros e, por outro lado, do desfasamento entre o valor estimado de IRC a liquidar e a data dos pagamentos por conta a efectuar.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Valores expressos em Euros)

	Notas	Junho 10	Dezembro 09
Activo			
Activos fixos tangíveis	12	214.544	253.461
Activos intangíveis	13	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda		1.250	1.250
Impostos diferidos activos	14	36.566	37.984
Total de Activos Não Correntes		252.360	292.695
Impostos a receber		-	-
Devedores e outros activos	15	2.232.514	2.149.378
Depósitos a prazo		-	-
Caixa e equivalentes de caixa	16	17.251.066	20.573.909
Total de Activos Correntes		19.483.580	22.723.287
Total do Activo		19.735.939	23.015.982
Capitais Próprios			
Capital	17	5.500.000	5.500.000
Reservas	18	5.500.000	5.500.000
Resultado líquido do período atribuível aos accionistas e Resultados Transitados		5.249.931	9.634.410
Total dos Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas		16.249.931	20.634.410
Passivo			
Benefícios aos empregados	19	177.585	116.585
Total de Passivos Não Correntes		177.585	116.585
Credores e outros passivos	20	1.233.214	1.540.342
IRC apurado	11	2.075.209	724.645
Total de Passivos Correntes		3.308.423	2.264.987
Total do Passivo		3.486.008	2.381.572
Total dos Capitais Próprios e Passivo		19.735.939	23.015.982

Técnico Oficial de Contas (n.º 54050)

Miguel Brochado

Conselho de Administração

Presidente: Luis Laginha de Sousa

Vice-Presidente: Abel Sequeira Ferreira

Vogal: Rui Samagaio de Matos

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS ANOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

		(Valores expressos em Euros)	
	Notas	Junho 10	Junho 09
Prestações de serviços			
Liquidação e custódia	2	9.894.614	8.434.223
Ajustamentos de Clientes Cobrança Duvidosa	3	(749)	(1.064)
Outros proveitos	2	99.906	96.359
		<u>9.993.771</u>	<u>8.529.517</u>
<i>Gastos e perdas</i>			
Gastos com o pessoal	4	1.413.497	1.373.572
Amortizações	5	50.268	54.546
Gastos com tecnologias de informação	6	406.189	377.360
Comunicações, consultoria e outros	7	364.085	389.270
Equipamentos e instalações	8	177.424	167.291
Marketing		81	18.103
Outros gastos	9	317.988	328.005
		<u>2.729.532</u>	<u>2.708.147</u>
Resultado operacional		<u>7.264.239</u>	<u>5.821.371</u>
Proveitos financeiros		74.221	291.166
Gastos financeiros		336	1.871
Resultado financeiro	10	<u>73.885</u>	<u>289.294</u>
Resultado antes de impostos		7.338.124	6.110.665
Impostos sobre lucros			
- Imposto Corrente	11	2.086.775	1.615.019
- Imposto Diferido	11	1.418	10.116
Resultado após impostos		<u>5.249.931</u>	<u>4.485.531</u>
Resultado do período atribuível aos accionistas		<u>5.249.931</u>	<u>4.485.531</u>
Ganhos e perdas reconhecidos directamente em reservas		-	-
Rendimento integral		5.249.931	4.485.531
Resultado por acção (Básico e Diluído) – Euros	17	0,95	0,82

Técnico Oficial de Contas (n.º 54050)

Miguel Brochado

O Conselho de Administração

Presidente:

Luís Laginha de Sousa

Vice-Presidente:

Abel Sequeira Ferreira

Vogal:

Rui Samagaio de Matos



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS ANOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

		(Valores expressos em Euros)	
	Notas	Junho 10	Junho 09
I Actividades operacionais			
Resultado Líquido Antes de Impostos		7.338.124	6.110.665
Ajustamentos:			
Resultados financeiros	10	(73.885)	(289.294)
Amortizações	5	50.268	54.546
Outras operações sem fluxo de caixa		-	-
Total dos fluxos de caixa operacionais antes da variação do "working capital" (A)		7.314.507	5.875.917
(Aumento) / diminuição recebimentos não recorrentes		-	-
(Aumento) / diminuição outros recebimentos		(83.136)	(346.353)
Diminuição em pagamentos de curto prazo		(229.027)	36.481
Total da variação do "working capital" (B)		(312.163)	(309.871)
Fluxos de caixa gerados pelas actividades operacionais (A + B)		7.002.344	5.566.045
Impostos pagos		(736.210)	(623.535)
Juros recebidos		74.221	291.166
Juros pagos		(336)	(1.871)
Total de fluxos de caixa de actividades operacionais		6.340.019	5.231.805
II Actividades de investimento			
Investimentos em activos fixos tangíveis		(11.350)	(943)
Investimentos em activos intangíveis		-	-
Venda de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-
Aplicações financeiras > 3 meses		-	5.879.044
Outras actividades de investimento		-	-
Total de fluxos de caixa de actividades de investimento		(11.350)	5.878.100
III Actividades de financiamento			
Empréstimos obtidos		-	-
Empréstimos liquidados		-	-
Dividendos		(9.634.410)	(9.130.615)
Outras actividades de financiamento		(17.101)	(16.635)
Total de fluxos de caixa de actividades de financiamento		(9.651.512)	(9.197.250)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Total de fluxos de caixa do período		(3.322.843)	1.962.655
Variação de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período		20.573.909	14.242.181
Caixa e seus equivalentes no final do período		17.251.066	16.204.836
Movimentos em caixa e seus equivalentes		(3.322.843)	1.962.655

Técnico Oficial de Contas (n.º 54050)

Miguel Brochado

O Conselho de Administração

Presidente:

Luís Laginha de Sousa

Vice-Presidente:

Abel Sequeira Ferreira

Vogal:

Rui Samagaio de Matos



MAPA DE ALTERAÇÕES NA SITUAÇÃO LÍQUIDA

PARA OS ANOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO 2009

(Valores expressos em Euros)

	Total da Situação Líquida	Capital	Reservas legais	Reservas livres	Outras reservas	Resultados transitados	Resultados Líquidos
Saldos em 31 de Dezembro 2008	20.130.615	5.500.000	4.752.070	747.930	-	-	9.130.615
Alterações no Período							
Constituição de reservas:							
Reserva legal	-	-	747.930	-	-	-	(747.930)
Resultados transitados	-	-	-	-	-	8.382.685	(8.382.685)
	20.130.615	5.500.000	5.500.000	747.930	-	8.382.685	-
Resultado líquido do período	9.634.410	-	-	-	-	-	9.634.410
Rendimento integral							9.634.410
Operações com detentores de capital no período							
Distribuição de dividendos	(9.130.615)	-	-	(747.930)	-	(8.382.685)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	20.634.410	5.500.000	5.500.000	-	-	-	9.634.410
Alterações no Período							
Constituição de reservas:							
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Resultados transitados	-	-	-	-	-	9.634.410	(9.634.410)
	20.634.410	5.500.000	5.500.000	-	-	9.634.410	-
Resultado líquido do período	5.249.931	-	-	-	-	-	5.249.931
Rendimento integral							5.249.931
Operações com detentores de capital no período							
Distribuição de dividendos	(9.634.410)	-	-	-	-	(9.634.410)	-
Saldos em 30 de Junho de 2010	16.249.931	5.500.000	5.500.000	-	-	-	5.249.931

Técnico Oficial de Contas (n.º 54050)

Miguel Brochado

O Conselho de Administração

Presidente:

Luís Laginha de Sousa

Vice-Presidente:

Abel Sequeira Ferreira

Vogal:

Rui Samagaio de Matos



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2010

1 Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

A transformação da INTERBOLSA – Associação para a Prestação de Serviços às Bolsas de Valores em INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. (“INTERBOLSA”), foi outorgada por escritura de 10 de Fevereiro de 2000, lavrada no 1º Cartório Notarial de Lisboa, conforme deliberação da Assembleia Geral da INTERBOLSA – Associação para a Prestação de Serviços às Bolsas de Valores, de 20 de Dezembro de 1999, e nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 394/99, de 13 de Outubro (actualmente revogado pelo Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro), e da Portaria n.º 1.194-A/99 (2ª. Série), de 8 de Novembro. A INTERBOLSA é detida a 100% pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

A sua actividade consiste na gestão de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários.

A INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto – 2ª Secção sob o número 502962275.

O registo comercial do acto de transformação de Associação para Sociedade Anónima foi efectuado em 22 de Fevereiro de 2000.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da INTERBOLSA em 9 de Setembro de 2010.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao euro mais próximo.

As demonstrações financeiras da INTERBOLSA, para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) aprovadas pela União Europeia e em vigor nessa data, considerando as normas disponíveis para adopção antecipada. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.



As demonstrações financeiras agora apresentadas foram preparadas em conformidade com a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente activos fixos tangíveis e activos financeiros disponíveis para venda. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na nota 1.19.

Outras Notas

Em Dezembro de 2001, foi celebrado um acordo com os trabalhadores da INTERBOLSA no qual se fixa um conjunto de princípios a cumprir no caso de cessação de contratos de trabalho por iniciativa desta entidade empregadora, bem como, um conjunto de condições integradas num esquema, ainda que privado, de reforma e de pré-reforma, ambos posteriormente regulamentados em Julho de 2002.

Sem prejuízo, não existe, no presente momento, qualquer plano de reestruturação a implementar que possa originar a cessação de contratos ou o estabelecimento de reformas e/ou pré-reformas, pelo que não é possível quantificar os possíveis impactos financeiros que a eventual aplicação do mencionado acordo possa originar para a INTERBOLSA.

1.2 Instrumentos financeiros

i) Classificação

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros que não se enquadram na definição de derivados e que não são classificados como investimentos detidos até à maturidade ou instrumentos financeiros de negociação. Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida.

ii) Data de reconhecimento

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data da realização das operações.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros detidos com o objectivo de serem mantidos pela INTERBOLSA, nomeadamente acções, são classificados como disponíveis para venda. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções, sendo posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou se encontram sujeitos a perdas de imparidade. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumuladas enquadrados como reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” da demonstração de resultados.

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de uma evidência objectiva de imparidade, nomeadamente de um impacto adverso nos “cash flows” futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida do capital próprio e reconhecida na demonstração de resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda não são revertidas por contrapartida de resultados.

1.3 Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor de um instrumento financeiro é o montante pelo qual este pode ser trocado numa transacção normal de mercado entre partes conhecedoras e dispostas a efectivar a troca, sem qualquer intenção ou necessidade de liquidar, ou de empreender uma transacção em condições adversas.

O justo valor é obtido com base em preços de cotação em mercado ou em preços de Intermediários Financeiros que actuam em mercados activos, quando disponíveis. Na sua ausência, o justo valor é baseado na utilização de preços de transacções recentes realizadas em condições de mercado ou, na sua ausência, usando técnicas de valorização. Estas técnicas de valorização incluem fluxos futuros de caixa descontados considerando dados observáveis de mercado disponíveis.

1.4 Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Transferências de e para activos e passivos financeiros ao justo valor com impacto em resultados são proibidas.

1.5 Desreconhecimento

A INTERBOLSA não reconhece os activos financeiros quando expiram todos os direitos a “*cash-flows*” futuros ou os activos foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de activos, o não reconhecimento apenas pode sobrevir quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou quando a INTERBOLSA não mantém controlo dos activos.

A INTERBOLSA procede ao não reconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

1.6 Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na prestação de serviços líquidos de imposto sobre o valor acrescentado, abates e descontos.

1.7 Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data de balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num momento posterior, se verifique uma redução do montante da perda estimada.

1.8 Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. A INTERBOLSA decidiu alterar as taxas de amortização dos activos fixos tangíveis, com referência a 1 de Janeiro de 2006, de acordo com as praticadas pelo Grupo Euronext. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a INTERBOLSA. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, à medida que são incorridas, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios	2 a 5
Equipamento informático	2 a 3
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros activos fixos tangíveis	3 a 10

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do período.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

1.9 Activos intangíveis

“Software”

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela INTERBOLSA necessárias à sua instalação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.10 Locações

A INTERBOLSA classifica as operações de locação como financeiras ou operacionais, em função da sua substância, e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Os pagamentos efectuados ao abrigo do disposto nos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição do bem locado, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

1.11 Caixa e equivalentes de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

1.12 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

1.13 Benefícios a empregados

Plano de benefícios definidos

Por contrato de 27 de Dezembro de 2001, foi constituído um fundo de pensões de benefício definido, que se denomina “Fundo de Pensões da INTERBOLSA”, com o objectivo de garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice, invalidez e de sobrevivência, independentemente da Segurança Social.

O Fundo reveste a forma de Fundo de Pensões fechado de benefício definido, encontra-se constituído por tempo indeterminado, sendo gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., e engloba responsabilidades com efeitos contados desde a data de constituição da INTERBOLSA.

O Fundo só contempla o pagamento de pensões aos colaboradores que prestem serviços à INTERBOLSA por um período mínimo de 5 anos de serviço e engloba todos os trabalhadores com vínculo contratual.

As responsabilidades decorrentes do Fundo de Pensões foram determinadas através de estudo actuarial elaborado pela Mercer, Human Resource Consulting, S.A..

A responsabilidade líquida da INTERBOLSA com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada para a reforma por velhice, invalidez e sobrevivência imediata e diferida, tendo sido utilizados decrementos por invalidez para a reforma por velhice e sobrevivência diferida, e bem assim, pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos de serviço corrente e os custos de serviços passados, em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do “*unwinding*” dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida da INTERBOLSA relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca do serviço prestado no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo que o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto aplicada corresponde à taxa de obrigações de “*rating*” AAA com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidas, que excedam 10% do maior valor entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do plano, são registadas por contrapartida de resultados, pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada dos trabalhadores no activo.

Os pagamentos ao fundo são efectuados, anualmente, de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo.

1.14 Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros recebidos de aplicações, ganhos e perdas de diferenças de câmbio bem como juros suportados com locações financeiras.

Os juros recebidos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, considerando o método da taxa de juro efectiva. Os juros relativos a locações financeiras são reconhecidos considerando o método da taxa de juro efectiva.

1.15 Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o resultado tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades fiscais à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo, com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

1.16 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas da empresa pelo número de acções ordinárias emitidas.

1.17 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações sujeito a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico, sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos. Dada a natureza da actividade e dos seus clientes, a INTERBOLSA concentra-se num único segmento de negócio – Liquidação e custódia e num único segmento geográfico – Portugal.

1.18 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a INTERBOLSA tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.19 Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize, para aplicação dos princípios contabilísticos mais adequados, o julgamento e as estimativas necessárias.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela INTERBOLSA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da INTERBOLSA e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela INTERBOLSA é apresentada nas notas 1.1 a 1.18 às demonstrações financeiras.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela



INTERBOLSA poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da INTERBOLSA e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A INTERBOLSA determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a INTERBOLSA avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da INTERBOLSA.

Imparidade dos activos de longo prazo

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de o mesmo se basear na melhor informação disponível à data, as alterações de pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da empresa.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela Administração da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, designadamente, alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e consequentemente diferentes impactos em resultados.

Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais podem rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela INTERBOLSA, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes, principalmente, de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da INTERBOLSA, que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

1.20 Gestão de Risco

A INTERBOLSA dedica uma atenção rigorosa e permanente à manutenção de um perfil de risco prudente, equilibrado e adequado à experiência e à capacidade de organização, preservando os objectivos básicos de solvabilidade, rentabilidade e adequada liquidez.

A INTERBOLSA enquanto entidade gestora de sistemas centralizados e de sistemas de liquidação, dispõe de um sistema de controlo interno que tem por objectivo a monitorização dos riscos inerentes à sua actividade, a minimização de imprevistos, a adaptação às mudanças no ambiente económico e competitivo e às mudanças de mercado, bem como, um mais eficaz desenvolvimento e crescimento da empresa.

Riscos financeiros

a) Exposição a risco de crédito

Não existe qualquer concentração significativa de risco de crédito numa única contraparte ou grupo de contrapartes. A exposição máxima ao risco de crédito para cada classe de activos financeiros é representada pelos valores escriturados dos respectivos activos.

b) Exposição a risco de taxa de juro

A INTERBOLSA não tem constituído nenhum empréstimo bancário e as suas aplicações financeiras são efectuadas em activos sem risco ou de risco reduzido, como sejam os depósitos a prazo de taxa fixa e com



maturidade igual ou inferior a um ano. As referidas aplicações são realizadas junto de instituições financeiras de reconhecida credibilidade.

A INTERBOLSA não utiliza quaisquer instrumentos financeiros derivados para cobertura dos riscos de taxa de juro ou taxas de câmbio.

Risco de liquidação e custódia

A 30 de Junho de 2010, a valorização² das emissões integradas na Central de Valores Mobiliários era a seguinte:

Tipo	Valorização (€)
Acções	81.778.639.465,86
Unidades de participação	1.182.381.391,26
Obrigações	193.436.906.544,50
Títulos de participação	107.184.387,03
Valores convertíveis	70.000.000,00
Papel comercial	6.797.500.000,00
Outros valores destacados	300.000.000,00
Warrants autónomos	-
Certificados	-
Valores estruturados	-
	283.672.611.788,65

Os procedimentos de alerta de existência de falhas na liquidação, bem como os procedimentos de controlo interno implementados, permitem monitorizar e mitigar os riscos inerentes a estas operações.

² A valorização das emissões representativas de dívida é calculada com base no valor nominal. Para as restantes emissões o cálculo é baseado no último preço de fecho para os valores cotados, ou no valor nominal para os valores não cotados. Para as unidades de participação não admitidas à negociação a valorização é calculada com base no preço de subscrição. Para as emissões de warrants, certificados e outros valores similares não é apresentada a valorização das emissões.

2 Prestações de Serviços e Outros proveitos

O valor desta rubrica é composto por:

Prestações de Serviços

	30/06/2010 Euros	30/06/2009 Euros
Utilização Sistema	228.025	216.400
Movimentação de Valores em conta	164.815	138.841
Sistemas de Liquidação	694.924	516.149
Exercício de Direitos / Conversões / Pagamento de Rendimentos	630.600	436.850
Manutenção de Emissões / Valores em conta	7.846.190	6.856.940
Registo de Emissões	144.500	132.700
Cancelamento de Emissões	26.850	11.150
Outros Receitas Prestação Serviços	158.710	125.193
	9.894.614	8.434.223

Outros Proveitos

	30/06/2010 Euros	30/06/2009 Euros
Ganhos/(Perdas) em imobilizações	6.500	51
Outros proveitos	93.406	96.308
	99.906	96.359

3 Ajustamentos de clientes cobrança duvidosa

Os movimentos efectuados foram os seguintes:

	30/06/2010 Euros	30/06/2009 Euros
<i>Saldo inicial da conta de activo "Ajustamentos de cliente cobrança duvidosa"</i>	10.145	8.400
Ajustamentos de clientes cobrança duvidosa	1.122	2.076
Reversões de ajustamentos de clientes cobrança duvidosa	(373)	(1.012)
<i>Saldo final da conta de activo "Ajustamentos de cliente cobrança duvidosa"</i>	10.894	9.464

4 Gastos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2010 Euros	30/06/2009 Euros
Remunerações	1.147.917	1.123.011
Encargos sociais obrigatórios	140.215	135.322
Encargos com pensões e Benefícios aos empregados	61.000	50.415
Formação	18.127	23.514
Outros custos	46.238	41.310
	1.413.497	1.373.572

O valor registado na rubrica Gastos com o Pessoal atribuídas aos Órgãos Sociais:

	30/06/2010 Euros	30/06/2009 Euros
Remunerações	271.303	269.978
Encargos sociais obrigatórios	15.619	15.740
Outros custos	2.448	4.144
	289.370	289.862

O montante total, para o exercício de 2010, com a função de Revisor Oficial de Contas estatutário e de Fiscal Único é de Euros 15.000 (2009: Euros 15.000). Este valor encontra-se registado na rubrica Comunicações, Consultoria e Outros.

O efectivo de trabalhadores ao serviço da INTERBOLSA em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, distribuído por departamentos, foi o seguinte:

	30/06/2010	31/12/2009
Liquidação e Custódia – Central de Valores Mobiliários*	11	11
Suporte – Direcção Administrativa e Financeira	4	4
Suporte – Direcção Jurídica	2	2
Suporte – Direcção Informática	19	19
Suporte – <i>Program Office</i> **	1	1
Suporte – Assessoria do Conselho de Administração	1	1
	38	38

* As funções de Agência Nacional de Codificação estão adstritas à área da Central de Valores Mobiliários

** A coordenação do *Program Office* é da responsabilidade funcional do Assessor do Conselho de Administração.

5 Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2010 Euros	30/06/2009 Euros
<i>Activos fixos tangíveis:</i>		
Edifícios e outras construções	-	-
Equipamento informático	10.658	16.680
Equipamento de transporte	12.502	20.908
Equipamento administrativo	9.078	2.393
Outros activos fixos tangíveis	18.030	14.565
	50.268	54.546
<i>Activos intangíveis:</i>		
	-	-
	-	-
	50.268	54.546

6 Gastos com tecnologias de informação

	30-06-2010 Euros	30-06-2009 Euros
Licenças e manutenção de Hardware	60.713	61.778
Licenças e manutenção de <i>software</i>	345.476	315.582
	406.189	377.360

7 Comunicações, consultoria e outros

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2010 Euros	30/06/2009 Euros
Material de consumo corrente	17.645	18.060
Deslocações e estadias	35.096	35.771
Comunicações	182.414	139.311
Seguros	6.775	58.119
Consultoria jurídica	685	336
Consultores fiscais e contabilísticos	14.345	16.645
Consultores de recursos humanos	12.000	12.000
Outros serviços	95.125	109.028
	364.085	389.270

8 Equipamentos e instalações

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2010 Euros	30/06/2009 Euros
Rendas de edifícios / custos com condomínio	96.542	96.190
Segurança	25.545	25.180
Gás, água e electricidade	11.797	14.883
Manutenção e serviços de limpeza	8.411	7.878
Outros	35.129	23.160
	177.424	167.291

9 Outros gastos

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2010 Euros	30/06/2009 Euros
Subcontratos	41.074	41.482
Taxas de supervisão (CMVM)	270.000	270.000
Outros	6.914	16.523
	317.988	328.005

10 Proveitos e gastos financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2010 Euros	30/06/2009 Euros
Juros obtidos	74.221	291.166
Juros suportados	336	1.871
	73.885	289.294

11 Provisão para impostos sobre lucros

A INTERBOLSA encontra-se sujeita a tributação em sede de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 25%, acrescida de Derrama, resultando uma taxa de imposto agregada de 26,5%. Para os exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2010, ao lucro tributável apurado em excesso de 2.000.000 €, acresce uma Derrama Estadual de 2,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da INTERBOLSA relativas aos anos de 2006 a 2009 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

O encargo com impostos sobre lucros no exercício é analisado como segue:

	30/06/2010 Euros	30/06/2009 Euros
Imposto corrente		
do ano	2.086.775	1.615.019
Correcção de anos anteriores	-	-
	2.086.775	1.615.019
Imposto diferido (ver Nota 14)		
Diferenças temporárias	1.418	10.116
Variação da Taxa de Imposto	-	-
	1.418	10.116
	2.088.193	1.625.135

O apuramento do imposto corrente em 30 de Junho de 2010 e de 2009 analisa-se como segue:

	30/06/2010 Euros	30/06/2009 Euros
Resultado antes de impostos	7.338.124	6.110.665
Custos não aceites fiscalmente	39.140	13.571
Proveitos não tributados	(19.653)	(45.742)
Rendimento tributável	7.357.611	6.078.494
Imposto corrente sobre o rendimento (1)		
• Matéria colectável < 12.500 € - Taxa 12,5%	1.563	-
• Matéria colectável > 12.500 € - Taxa 25%	1.836.278	1.519.624
• Derrama – Taxa 1,50%	110.364	91.177
• Derrama Estadual – Taxa 2,50%	133.940	-
	<u>2.082.145</u>	<u>1.610.801</u>
Despesas tributadas autonomamente (2)	4.630	4.218
Imposto corrente sobre o rendimento (1) + (2)	<u>2.086.775</u>	<u>1.615.019</u>

Reconciliação entre o custo do exercício e o saldo em balanço

Imposto corrente sobre o rendimento		
- Reconhecimento como custo no exercício (1) + (2)	2.086.775	1.615.019
- Menos: Pagamentos por conta e especial por conta		-
- Menos: Retenções na fonte	(11.566)	(77.202)
- Saldo corrente a pagar (receber)	<u>2.075.210</u>	<u>1.537.817</u>

Principais ajustamentos efectuados ao resultado contabilístico para efeitos de determinação da matéria colectável que assumem natureza permanente:

- Prémios de seguros não aceites: 8.758;
- Amortizações não aceites como custo 20.488;
- Mais-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento: 3.250;
- Outros custos não aceites: 4.418;
- Benefícios Fiscais: 6.181;
- Mais-valias contabilísticas: 6.500; e
- Outras deduções aceites fiscalmente: 6.972.

A taxa nominal de imposto e a carga fiscal efectivamente verificada nos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 é como se segue:

	30/06/2010 Euros	30/06/2009 Euros
Imposto corrente do período:		
Imposto corrente imputado a resultados	2.086.775	1.615.019
Imposto diferido	<u>1.418</u>	<u>10.116</u>
Total do imposto registado em resultados (1)	<u>2.088.193</u>	<u>1.625.135</u>
Resultado antes de impostos (2)	<u>7.338.124</u>	<u>6.110.665</u>
Carga Fiscal ((1)/(2))	<u>28,5%</u>	<u>26,6%</u>

12 Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	30/06/2010 Euros	31/12/2009 Euros
<i>Custo:</i>		
Imóveis:		
Edifícios	62.352	62.352
Equipamento:		
Informático	899.289	899.289
Transporte	200.413	220.923
Administrativo	440.173	437.054
Outros activos fixos tangíveis	208.403	200.172
	<u>1.810.630</u>	<u>1.819.790</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	50.268	151.394
Relativas a exercícios anteriores	1.545.818	1.414.935
	<u>1.596.086</u>	<u>1.566.329</u>
	<u>214.544</u>	<u>253.461</u>

Os movimentos ocorridos na rubrica “Activos fixos tangíveis” no período findo em 30 de Junho de 2010 analisam-se como segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Abates Euros	Regularizações/ Transferências Euros	Saldo em 30 Junho Euros
<i>Custo:</i>					
Imóveis:					
Edifícios	62.352	-	-	-	62.352
Equipamento:					
Informático	899.289	-	-	-	899.289
Transporte	220.923	-	20.510	-	200.413
Administrativo	437.054	3.119	-	-	440.173
Outros activos fixos tangíveis	200.172	8.231	-	-	208.403
	<u>1.757.438</u>	<u>11.350</u>	<u>20.510</u>	<u>0</u>	<u>1.748.278</u>
	<u>1.819.790</u>	<u>11.350</u>	<u>(20.510)</u>	<u>-</u>	<u>1.810.630</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
Imóveis:					
Edifícios e outras Construções	62.352	-	-	-	62.352
Equipamento:					
Informático	867.498	10.658	-	-	878.156
Transporte	195.919	12.502	20.510	-	187.911
Administrativo	330.575	9.078	-	-	339.653
Outros activos fixos tangíveis	109.985	18.030	-	-	128.014
	<u>1.503.977</u>	<u>50.268</u>	<u>20.510</u>	<u>-</u>	<u>1.533.734</u>
	<u>1.566.329</u>	<u>50.268</u>	<u>20.510</u>	<u>-</u>	<u>1.596.086</u>

As locações, a 30 de Junho de 2010, em termos de prazos residuais são apresentadas como segue:

	Locações			
	Até 1 Ano Euros	De 1 a 5 Anos Euros	A mais de 5 Anos Euros	Total Euros
Rendas vincendas	26.226	6.828	-	33.054
Juros vincendos	393	85	-	478
Valores residuais	13.285	19.796	-	33.081
	<u>39.904</u>	<u>26.709</u>	<u>-</u>	<u>66.613</u>

Os juros são ajustados mensalmente de acordo com a evolução da Euribor mensal sendo a taxa implícita arredondada a 1/8 superior. Os valores que constam no quadro acima são os valores calculados a 30 de Junho de 2010.

13 Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	30/06/2010 Euros	31/12/2009 Euros
<i>Custo:</i>		
“Software”	1.041.341	1.041.341
	<u>1.041.341</u>	<u>1.041.341</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	-	-
Relativas a exercícios anteriores	1.041.341	1.041.341
	<u>1.041.341</u>	<u>1.041.341</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, a 30 de Junho de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Abates Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
<i>Custo:</i>				
“Software”	1.041.341	-	-	1.041.341
	<u>1.041.341</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.041.341</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>				
“Software”	1.041.341	-	-	1.041.341
	<u>1.041.341</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.041.341</u>

14 Impostos diferidos activos

A INTERBOLSA regista nas suas contas o feito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	30/06/2010		31/12/2009	
	Activo Euros	Passivo Euros	Activo Euros	Passivo Euros
Pensões de reforma	116.585	-	116.585	-
Activos fixos tangíveis: amortizações	20.488	-	25.844	-
Ajustamentos de clientes cobrança duvidosa	911	-	905	-
	<u>137.984</u>	<u>-</u>	<u>143.334</u>	<u>-</u>
	26,50%	26,5%	26,50%	26,5%
	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
Activos por impostos diferidos	<u>36.566</u>	<u>-</u>	<u>37.984</u>	<u>-</u>

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, são os seguintes:

	30/06/2010 Euros	31/12/2009 Euros
Saldo no início do período	37.984	82.797
Dotação a resultados transitados	-	-
Dotação a resultados do exercício	(1.418)	(44.813)
	<u> </u>	<u> </u>
Saldo no final do período	<u>36.566</u>	<u>37.984</u>

15 Devedores e outros Activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	30/06/2010 Euros	31/12/2009 Euros
Devedores correntes e outros activos		
- Clientes	1.946.014	1.994.973
- Devedores diversos	14.990	15.074
- Diferimentos (Gastos a reconhecer)	282.404	149.476
Imparidade para devedores	<u>(10.894)</u>	<u>(10.145)</u>
	<u>2.232.514</u>	<u>2.149.378</u>
Imparidade para devedores:		
Saldo no início do período	10.145	8.400
Dotação no período	1.122	2.757
Reversão no período	<u>(373)</u>	<u>(1.012)</u>
Saldo no final do período	<u>10.894</u>	<u>10.145</u>

16 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica é analisada como segue:

	30/06/2010 Euros	31/12/2009 Euros
<i>Numerário:</i>		
Caixa	-	-
<i>Depósitos bancários:</i>		
Depósitos à ordem	17.251.066	20.573.909
Depósitos a prazo (<=3 meses)	-	-
Juros corridos de depósitos a prazo	-	-
	17.251.066	20.573.909

17 Capital

O capital social da INTERBOLSA no montante de Euros 5.500.000 representado por 5.500.000 acções de valor nominal de 1 Euro cada uma, encontra-se integralmente realizado.

O capital social da INTERBOLSA, em 30 de Junho de 2010, é detido em 100% pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

Os resultados por acção (EPS) atribuíveis ao accionista da INTERBOLSA, são analisados como segue:

	30/06/2010 Euros	31/12/2009 Euros	30/06/2009 Euros
Resultado líquido	5.249.931	9.634.410	4.485.531
N.º de acções	5.500.000	5.500.000	5.500.000
Resultado por acção (Básico)	0,95	1,75	0,82

A INTERBOLSA calcula o seu resultado básico por acção usando o número de acções emitidas durante o período de relato.

18 Reservas

Esta rubrica é analisada como segue:

	30/06/2010 Euros	31/12/2009 Euros
Reserva legal	5.500.000	5.500.000
	5.500.000	5.500.000

Reserva legal

Em conformidade com o n.º 3 do artigo 40.º, do Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro, a Reserva Legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício até ao limite do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou para aumento do capital social da Sociedade.

19 Benefícios aos empregados

Planos de benefícios definidos

Por contrato de 27 de Dezembro de 2001 foi constituído um fundo de pensões de benefício definido, que se denomina “Fundo de Pensões da INTERBOLSA”, com o objectivo de garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice, invalidez e de sobrevivência, independentemente da Segurança Social.

O referido Fundo de Pensões, com duração por tempo indeterminado, é gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., e engloba responsabilidades com efeitos contados desde a data de constituição da INTERBOLSA.

O Fundo só contempla o pagamento de pensões aos colaboradores que prestem serviços à INTERBOLSA por um período mínimo de 5 anos de serviço e engloba todos os trabalhadores com vínculo contratual.

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	30/06/2010 Euros	31/12/2009 Euros
<i>Número de participantes</i>		
Pessoal no activo	36	36
Ex-funcionários	9	9
Pensionista	1	1
	46	46

Durante o semestre em curso, de forma a estimar os custos referentes ao plano de pensões, a INTERBOLSA utilizou uma projecção efectuada por uma consultora independente (Mercer) e, tendo por base os valores obtidos com o estudo actuarial efectuada a 31 de Dezembro de 2009, mantendo os mesmos pressupostos actuariais, que se encontram de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19.



As quantias reconhecidas no balanço são as seguintes:

	30/06/2010 Euros	31/12/2009 Euros
Valor presente das obrigações com fundo	2.439.948	2.412.638
Justo valor dos activos do plano	2.205.532	2.239.223
	234.416	173.416
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidas	(56.831)	(56.831)
Passivo líquido no balanço	177.585	116.585

Os movimentos no passivo líquido reconhecidos no balanço são os seguintes:

	30/06/2010 Euros	31/12/2009 Euros
Valores em 1 de Janeiro	116.585	215.758
Gasto líquido reconhecido na demonstração de resultados	61.000	100.827
Contribuições para o fundo	-	(200.000)
Passivo líquido no fim do período	177.585	116.585

A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	30/06/2010 Euros	31/12/2009 Euros
Custo dos serviços correntes	51.500	81.000
Custo dos juros	60.000	112.000
Rendimento esperado dos activos	(50.500)	(82.000)
(Ganhos) e perdas actuariais reconhecidos	-	(10.173)
Custo do exercício	61.000	100.827

A análise comparativa dos pressupostos actuariais é analisada como segue:

	30/06/2010	31/12/2009
Taxa de crescimento salarial		
Activos	2,55%	2,55%
Direitos adquiridos	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,00%
Taxa de desconto	5,00%	5,00%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Tábua de mortalidade	TV88/90	TV88/90
Tábua de invalidez	EVK 80 100%	EVK 80 100%
Idade de reforma	65 anos	65 anos
Decrementos utilizados	100% da EKV 1980	100% da EKV 1980

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19.

20 Credores e outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	30/06/2010	31/12/2009
	Euros	Euros
Fornecedores C/C	51.385	40.567
Fornecedores de Imobilizado	84.799	260.006
Outros Credores	54.413	47.757
Estado e Outros Entes Públicos	620.688	591.680
Acréscimos de Custos	421.929	600.332
Credores correntes	1.233.214	1.540.342

21 Transacções com partes relacionadas

Resumem-se, como se segue, os saldos da INTERBOLSA, em 30 de Junho de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, relativos às transacções com partes relacionadas:

Balanço:	30/06/2010	31/12/2009
Activos Correntes:		
Devedores e outros Activos		
LCH Clearnet, S.A.	9.580	10.177
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Euronext Paris.	16.962.086	20.017.805
Passivos Correntes:		
Credores e outros Passivos		
Euronext Lisbon	-	-
	<u>16.971.666</u>	<u>20.027.982</u>

Demonstração de resultados:	30/06/2010	30/06/2009	31/12/2009
Prestação de serviços:			
LCH.Clearnet, S.A.	153.906	153.051	313.831
Proveitos financeiros			
Euronext Paris	19.281	811	14.707
Gastos e perdas:			
Euronext Lisbon	121.475	139.499	269.535
	<u>294.662</u>	<u>293.361</u>	<u>598.073</u>

22 Justo valor de activos e passivos financeiros

A decomposição dos activos e passivos financeiros da INTERBOLSA, contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisado como segue:

	30/06/2010			31/12/2009		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros
<i>Activos financeiros:</i>						
Activos financeiros disponíveis para venda	1.250	1.250	-	1.250	1.250	-
Clientes	1.935.120	1.935.120	-	1.984.828	1.984.828	-
Outros devedores	14.990	14.990	-	15.0745	15.074	-
Caixa e equivalentes de caixa	17.251.066	17.251.066	-	20.573.909	20.573.909	-
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	-
<i>Passivos financeiros:</i>						
Fornecedores	51.385	51.385	-	40.567	40.567	-
Fornecedores Imobilizado	84.799	84.799	-	260.006	260.006	-
Outros credores	54.413	54.413	-	47.757	47.757	-

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estas rubricas, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

23 Gestão de Capital

Tendo em conta que por gestão de capital se compreende um conceito de maior amplitude que o da rubrica de “capital próprio” que figura no Balanço, a INTERBOLSA estabelece os seguinte objectivos quanto a esta matéria:

- Cumprir para com os requisitos de capital definidos pelo regulador do sector onde a INTERBOLSA opera;
- Assegurar que capacidade de continuidade da INTERBOLSA é continuamente tida em consideração de modo a que continue a ser dado retorno de investimento e benefícios aos accionistas; e
- Manter uma sólida base de capital que apoie o desenvolvimento da sua actividade.



A CMVM exige que as entidades gestoras disponham dos fundos próprios necessários para assegurar o disposto no artigo 32º do Decreto-Lei nº 357-C/2007, de 31 de Outubro:

- (a) fundos próprios têm de atingir um nível mínimo que será o dobro do capital social mínimo exigível;
- (b) o passivo tem de ser a todo o momento inferior aos seus fundos próprios.

Mensalmente é remetida à CMVM informação financeira que lhe permite aferir o cumprimento das disposições legais em matéria de fundos próprios da INTERBOLSA.

O Grupo NYSE.Euronext e as suas participadas, da qual a INTERBOLSA é parte integrante, cumprem com todos os requisitos de capital estabelecidos externamente, e aos quais se encontram sujeitos.

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Miguel Brochado

Presidente:

Luís Laginha de Sousa

Vice-Presidente:

Abel Sequeira Ferreira

Vogal:

Rui Samagaio de Matos

Ao Conselho de Administração da
**Interbolsa – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação
e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, SA**

Relatório de Exame Simplificado

Introdução

1 Procedemos ao exame simplificado das demonstrações financeiras da Interbolsa – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, SA (Interbolsa), as quais compreendem o Balanço em 30 de Junho de 2010, (que evidencia um total de €19.735.939 e um total de capital próprio de €16.249.931, incluindo um resultado líquido positivo de €5.249.931), a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data, e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Interbolsa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório com base no nosso exame simplificado daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame simplificado a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aplicáveis a exames simplificados, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança moderado sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame simplificado consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a apreciar: a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; a aplicação ou não do princípio da continuidade; e a apresentação da informação financeira.



5 Um exame simplificado proporciona, por conseguinte, menos segurança do que uma revisão/auditoria e, consequentemente, não estamos em condições de expressar uma opinião de revisão/auditoria.

Parecer

6 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as referidas demonstrações financeiras do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010 não estejam isentas de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptados na União Europeia.

Porto, 15 de Setembro de 2010

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


António Alberto Henriques Assis, R.O.C.